

AO SUL DA CAPITANIA DAS MINAS Formação da Freguesia de Itajubá

Juliano Custódio Sobrinho*

RESUMO: No bojo das recentes pesquisas acerca do Sul de Minas, o presente artigo tem como objetivo apresentar alguns apontamentos em relação às disputas territoriais ao sul das Minas colonial, entre a Capitania de São Paulo e de Minas Gerais, durante o século XVIII e XIX, tendo como ponto de partida a ocupação e formação da Freguesia de Itajubá em uma região que se destacou pelo seu potencial econômico para a agropecuária, voltado para o abastecimento do mercado interno colonial.

Palavras-chave: Sul de Minas; disputas territoriais; Capitânicas de SP e MG;

ABSTRACT: On the trail of recent researches about the south of “Minas”, the present work has the objective of presenting some appointments concerning on the struggle for territories in that area, back in the colonial period – the “capitanias” of “São Paulo” and “Minas Gerais” disputed the south of “Minas” between the XVIII and the XIXth centuries. The work has its start on the foundation and occupation of the “Freguesia de Itajubá” in a region that has become important for its economical capability to agropecuary, which fed the internal colonial market.

Keywords: south of Minas; struggle for territories; “Capitanias de SP e MG”;

Parece ser bastante consolidada atualmente no campo historiográfico, a questão das grandes potencialidades do mercado interno no cenário socioeconômico mineiro, com forte destaque para o período pós-auge minerador. A província de Minas teria sofrido um processo de inversão econômica com o declínio do ouro para uma produção especificamente constituída pela agropecuária, não deixando de ressaltar as produções manufatureiras. Aliás, esse tipo de produção já era bastante lucrativo para certas unidades, que se especializaram em abastecer, principalmente, os centros mineradores, no período de auge do ouro. A concomitância da mineração com a produção para o abastecimento sempre foi algo presente na província.

Entretanto, o abastecimento alimentício para as regiões das Minas foi um fator complicado, no início da ocupação. A corrida pelos metais preciosos tinha sido tão grande, que as regiões exploradas não possuíam condições de oferecer um mínimo de

* Mestrando do programa de pós-graduação de História da UFJF, vinculado à linha de pesquisa “Poder, mercado e trabalho”, com o projeto “Negócios internos: estrutura produtiva, hierarquização social e posse de escravos em uma freguesia sul mineira. Itajubá (1780-1850)”, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Carla Maria Carvalho de Almeida.

infra-estrutura para esses colonos. Na verdade, a questão do abastecimento alimentício colonial sempre foi um agravante, não muitas vezes, contornado e estruturado pelo Império Português, para todo o território ocupado na América Portuguesa.

1. Ocupação, subsistência e mineração nas minas coloniais.

Desde o início da ocupação da colônia, a finalidade de extrair riquezas, não existentes na Europa, levou os portugueses a darem uma maior importância aos produtos a serem exportados do que àqueles a serem por eles consumidos. De tal forma, preferiam trazer alimentos da metrópole. Como a população nativa se alimentava da pesca, da caça, da coleta e de uma incipiente agricultura, os portugueses procuraram se adaptar a este tipo de alimentação, substituindo produtos tradicionais pelos da terra.

Com o tempo, a cultura da cana, os investimentos, o alto número de mão-de-obra, a intensificação da escravidão e o crescimento populacional, decorrente da expansão territorial, provocaram sérios impactos e a necessidade de se produzir, nas áreas povoadas, alimentos que se adaptassem ao clima e ao solo da colônia. A importação de outros continentes de animais e vegetais, para a criação e a cultura, foi crescente.

Sendo assim, as conclusões de Manoel Correa de Andrade são plausíveis para se entender a formação de um mercado interno especializado no abastecimento alimentício e de outros gêneros:

Analisando-se os problemas enfrentados pela pecuária e pela produção de alimentos na conjuntura histórico-social do Brasil colonial, pode-se chegar a conclusões de maior interesse para uma reflexão sobre a formação histórica e social do Brasil. Assim, o sentido da colonização levou o colonizador a privilegiar determinados produtos de exportação e deixar em posição secundária os destinados ao mercado local e da colônia. Daí o governo português ter estimulado a ocupação das áreas de grandes propriedades que produziam artigos de exportação, mas a necessidade de consolidação desta ocupação tornou possível o desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno.¹

¹ ANDRADE, Manoel Correia de. **A pecuária e a produção de alimentos no período colonial.** In: SZMRECSANYI, Tamás (org). História Econômica do período colonial. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 2002. p.106.

Para o caso de Minas, a efetiva ocupação do território se deu somente em fins do século XVII. Contudo, a aventura da ocupação dessa região era extremamente perigosa para os bandeirantes que se lançavam à procura de metais preciosos.

Segundo Mafalda Zemella, a entrada para o sertão dos bandeirantes a partir de 1674, foi fundamental para a descoberta de ouro e a ocupação da região, já que, nesse momento o caminho para as minas passou a ser aberto, criando-se assim as primeiras roças, que seriam fundamentais para servirem de suporte às interiorizações. O primeiro registro oficial da descoberta do ouro foi feito em 1695.² A partir desse momento, a corrida pelo interior das Minas foi crescente, como afirma Mafalda Zemella: *A notícia da descoberta do ouro espalhou-se rapidamente. A febre contaminou milhões de pessoas. O sertão foi tomado de assalto por bandeiras que se sucederam e as descobertas se multiplicaram ininterruptamente*³.

Segundo Charles Boxer, quando houve a descoberta do ouro, nos anos de 1695 e 1696, havia apenas dois caminhos para essa região. O mais antigo conhecido como *Caminho Velho*, era percorrido pelos bandeirantes da Capitania de São Paulo, até as ramificações superiores do rio São Francisco (Caminho geral do sertão), *que acompanhava o Rio Paraíba, através da Serra da Mantiqueira, para a região norte do Rio Grande, onde se bifurcava para o Rio das Velhas e para o Rio Doce*⁴. Tempos depois, um outro caminho foi aberto para a região das Minas que, para contrastar com o antigo, ficou conhecido como *Caminho Novo*.

Em relação às expectativas e as reações tomadas pelo Império Português acerca das notícias que chegavam sobre a descoberta, Charles Boxer afirma que as autoridades coloniais superiores viam aquela corrida do ouro com *sentimentos mesclados*. Isso porque, afirma o autor, a Coroa e o Conselho Ultramarino ficaram radiantes com a promessa de grande riqueza para Portugal e a possibilidade da descoberta do ouro. Entretanto, membros do governo, como D. João de Lencastre, temiam ser aquela riqueza *tão inútil para Portugal quanto a prata americana o fora para a Espanha*⁵, já que o ouro poderia chegar a Portugal e ser levado para outros países, para o pagamento de importações. Além disso, e das demais preocupações do Império em relação à

² ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: USP, 1951. apud. ALMEIDA, Carla. Op. Cit. p. 42

³ Idem. P. 32 apud. Op. Cit. p. 42.

⁴ BOXER, Charles. **A idade de ouro do Brasil**. Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p.64

⁵ Ibidem. p.66

ocupação, o povoamento e o controle da fiscalização do ouro nessa região, as repercussões da descoberta já estavam se alastrando por todos os lugares.

Em pouco tempo, a região das Minas viu nascer povoados e a migração de muitas pessoas para esses locais, em busca de riquezas. Obviamente, não só de ouro viveriam esses homens. Em pouco tempo, viram aquela região mineradora passar por períodos de escassez na alimentação, devido aos problemas de infra-estrutura dos povoados, do crescimento demográfico e a falta de atenção a esse tipo de cultivo para o abastecimento. Crises sucessivas foram acontecendo e, no período de 1697 e 1698, houve uma primeira crise que assolou o ribeirão do Carmo, que contava com pequenos arraiais ao longo de seu curso.

Pressionados pela fome, os mineradores começaram a criar soluções para sanar esse problema que atingia diretamente o trabalho da extração do ouro. Passaram a desbravar novos territórios e novos povoados surgiram, além de estabelecimentos com as primeiras atividades agrícolas na região. Segundo Diogo de Vasconcelos: *Preocupados, pois em matar a fome, e em fazer as roçadas para mantimentos, os primeiros moradores do Carmo se espalharam já ao longo do ribeirão e de seus afluentes. E desse tempo se iniciaram as mais antigas fazendas do Carmo, do Gualaxo do Norte e do Gualaxo do Sul (1697-1698)*⁶.

Outras crises de fome ocorreram naquela região nos demais anos, mas logo os colonos das minas passaram a contornar a situação. A produção alimentícia passou a existir, concomitante com a extração mineral. Ao mesmo tempo, viram-se novos povoados sendo formados e, em pouco tempo, o governo das Minas e de São Paulo foi anunciando a criação de vilas nessa região, como a vila do Ribeirão do Carmo (Mariana), de Vila Rica e de Sabará.

2. Formação da Freguesia de Itajubá

Em 1709 foi criada a Capitania das Minas e de São Paulo e a região das Minas deixou de pertencer a Capitania do Rio de Janeiro. Mais tarde, esses dois territórios foram separados e se formaram a Capitania das Minas e de São Paulo, de acordo com o alvará régio de 1720:

⁶ VASCONCELOS, Diogo de. **As primeiras vilas do ouro. Belo Horizonte:** 1962. p. 31. Apud. ALMEIDA, Carla. Op. Cit. p. 44

*Eu El-Rei faço saber aos que este meu alvará virem, que tendo considerado ao que me representou o meu Conselho Ultramarino, (...) e bom governo das ditas Cap. De SP e das Minas, e a sua melhor defeza, que a de S. Paulo se separem das que pertencem ás Minas, ficando dividido todo aquelle districto, que até agora estava na jurisdição de hum só governador, em dous governos e dous governadores (...)*⁷

Com a descoberta do ouro na região do Ribeirão do Carmo e de Vila Rica, nos fins dos seiscentos, as expedições de ocupação e exploração das terras na Capitania das Minas proliferaram também para as terras ao sul da Capitania. A área foi ocupada, principalmente por homens da Capitania de São Paulo que devassaram o território mineiro na busca desenfreada pelo metal precioso.⁸

Sendo assim, interessa-nos agora discorrer acerca da formação e ocupação desse território ao sul da Capitania, mais precisamente, a formação da freguesia de Itajubá, ponto referencial de nosso estudo. A principio, toda a região ao sul das Minas pertencia a Comarca do Rio das Mortes, tendo como sede a vila de São João del Rei. Como dissemos, essa região sul mineira foi ocupada, principalmente, a partir das descobertas do ouro na região central das Minas e logo se tornaria alvo de disputas entre a Capitania de São Paulo e das Minas.

Encravada bem ao sul da Capitania das Minas, a freguesia de Itajubá fazia fronteira com a Capitania de São Paulo, somente pela Serra da Mantiqueira. Ocupada nos princípios dos setecentos, essa freguesia fazia parte de uma região que deu origem ao que hoje se denominou *imprecisamente como o sul de Minas*, segundo Marcos Andrade.⁹

Em relação ao período e a ocupação de Itajubá, alguns autores afirmam ter sido o sargento-mor, Miguel Garcia Velho, sobrinho do capitão, Manoel Garcia, residente na Vila de Taubaté e membro de uma das famílias de bandeirantes mais proeminentes da Capitania de São Paulo, que descobriu as minas do *Itagybá*.¹⁰ Segundo Geraldino

⁷ Alvará separando SP e MG, 1720. In: Documentos interessantes para a História e costumes de SP. Vol. XI Índice XI. Divisas de SP e MG. São Paulo, 1896. p. 107. Arquivo do Estado de São Paulo.

⁸ Para uma síntese dessa discussão ver: BOXER, Charles. Op. Cit. pp. 57-110

⁹ O autor justifica essa sua afirmação, tomando emprestado as reflexões propostas por Ciro Cardoso, acerca da noção de região, baseado em variáveis, hipóteses, sem que uma opção adotada, seja a única correta para se definir a região. Sobre esse assunto ver: CARDOSO, Ciro. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. p.73. Apud. ANDRADE, Marcos. Op. Cit. pp.105-106

¹⁰ CAMPISTA, Geraldino. **Itajubá. 1703-1832**. Memória Histórica. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, s/d.p.446

GUIMARAES, Armelino. **História de Itajubá**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1987. pp.39-40.

Campista, não se sabe a data precisa da fundação desse povoado, mas provavelmente tenha sido entre os anos de 1703 a 1705. Afirma o autor que, Miguel Garcia Velho, depois de ter voltado da região do Rio do Carmo, onde havia se dedicado à extração do ouro, para a Vila de Taubaté tenha subido a Serra da Mantiqueira. Ao afastar-se da estrada geral dos bandeirantes, na altura de Passa Quatro e pelos vales do Bocaina, transposta a Serra dos Marins, dirigiu-se ao planalto do Capivary, *descobrimdo pintas de ouro nas immediações do Córrego Alegre, em uma paragem a que denominou Caxambu, em virtude dos montes calvos ali existentes e em cujo dorso ainda hoje se podem observar vestígios das catas então rasgadas.*¹¹

Entretanto, Waldemar Barbosa apresenta, em seu *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*, uma segunda autoria para a descoberta do povoado, a Antonio Caetano Pinto Coelho, de acordo com informações de Felício Moniz Pinto Coelho da Cunha, fidalgo da Casa Real, que teria sido o seu avô, citado acima, o descobridor das minas do Itajubá. Waldemar Barbosa afirma que Antonio Caetano Pinto Coelho era português, vindo ao Brasil como capitão-mor da Capitania de Itanhaém, com patente de 17 de maio de 1717 e haveria descoberto as minas do Itajubá, para onde abriu caminho e ali promoveu a distribuição das datas.¹²

Independente da autoria da descoberta das Minas, alguns documentos apontam para a formação do povoado, por volta do início do século XVIII, de acordo com a portaria que ordena a Francisco de Godoy a cobrança de quintos de ouro nas minas do Itajubá:

*Por me constar, q' das minas de Itajubá, do districto desta Capp.^{nia} vierao, o Guarda mor e Escrivão dellas, com algumas pessoas, e q' trazendo todos ouro p.^a o povoado não pagarão q.^{tos} a S. Mag. Q' D.^s q.' como herão obrigados. Ordeno a Francisco de Godoy de Almeida, escrivão do guarda mor das ditas minas q' se acha nesta cidade, assim q' se recolhe p.^a a villa de Taubaté aonde he morador, cobre logo de todas as pessoas q' vierem das ditas minas os q.^{tos} q' devem do ouro q' trouxerao, os quaes remeterá a esta cidade(...). São Paulo, 14 de fevereiro de 1724.*¹³

¹¹ CAMPISTA, Geraldino. Op. Cit. p. 445

¹² O autor aponta referencia de documentação consultada no Arquivo Publico Mineiro.

BARBOSA, Waldemar. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, 1995. p. 158

¹³ Portaria ordenada a Francisco de Godoy que cobre os quintos de ouro das Minas de Itajubá. In: Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. Índice XIII. São Paulo, 1896. Arquivo do Estado de São Paulo. p. 151

Geraldino Campista também cita alguns documentos pertencentes ao Arquivo de São Paulo, que fazem referência às minas de Itajubá, dentre eles um atestado do Pe. João da Silva Caualo:

Certifico em como entrei nestas minas novas de Itajubá em adjunto com Geraldo Cubas Ferreira com anno de assistir nellas e d'ahi a um mez, pouco mais ou menos, entrou Gaspar Vaz da cunha e contou tanta grandeza do Sapucahy e, com promessas altas que me fizeram elle dito e outras mais, me reduziram a seguir viagem com elles e como depois de chegada ao logar e achasse no engano, tornei para estas ditas minas donde estou assistente por nellas achou ouro de sobra e com conta pelo que tenho visto em algumas experiências que fez: tem _____ o guarda-mor e seu genro e seus camaradas e o estarem estas minas em má opinião não tem gente a ellas, foi por causa de um cavalheiro escrever cartas a Tabaybathé dizendo não haver ouro nestas minas e que estavam bromados; falso grandioso, porque ao contrario tenho visto e as mais que aqui se acham, não tiram sim de uma cata arrobas de ouro, mas tiram cousa que os agrade e por isto passar na realidade, juro esta verdade in verbo sacerdotis. Novas minas de Itajubá, em novembro – 3 de 1723 annos. O Pe. João da Sylva Caualo.¹⁴

Ainda segundo Geraldino Campista, o acesso e a comunicação entre a paragem de Itajubá com as povoações do Vale do Paraíba eram difíceis e a abertura de um caminho pela Serra da Mantiqueira era uma alternativa que encurtava as distâncias entre os povoados do vale com a serrana Itajubá. Esse caminho foi aberto pelo Capitão Lazaro Fernandes, da freguesia de N. Sra. da Piedade(atual Lorena/SP), atraindo novos moradores pra Itajubá. Entretanto, os moradores da freguesia de Itajubá não sofriam apenas com o difícil acesso e a falta de comunicação com outros lugares, mas também com a cobrança de impostos, por parte da Coroa, devido à exploração das minas. Os impostos abusivos era um fator prejudicial aos mineradores do povoado, bem como se viu para muitas regiões auríferas das Minas. Afirma o autor ser o ouro extraído de Itajubá de má qualidade, tendo sempre na permuta, valor inferior, o que atraía a insatisfação do povoado que não conseguia pagar os impostos.¹⁵

3. Disputas territoriais ao Sul das Minas

¹⁴ Documento citado, pertencente ao Arquivo de Estado de São Paulo. CAMPISTA, Geraldino. Op.cit. p.449

¹⁵ CAMPISTA, Geraldino. Op. Cit. p. 456

Podemos perceber que a região ao sul da Capitania das Minas foi sempre território de disputas entre essa capitania e a Capitania de São Paulo, o que gerou inúmeros conflitos entre os dois lados pela ocupação das terras. Vários episódios marcaram essa disputa, como o que se observa na documentação do Arquivo do Estado de São Paulo, em que a freguesia de Santa Anna do Sapucahy, ao sul do Rio Sapucahy se tornou região de conflitos por volta das primeiras décadas do século XVIII, até que em 1749, o ouvidor geral do Rio das Mortes, Thomaz Rubim de Barros demarcou a região para a Capitania das Minas. Contudo, anos antes, eram registradas essas disputas nas cartas do governador da Capitania de São Paulo ao Capitão-mor, de Santa Anna do Sapucahy, Francisco Martins Lustoza, no ano de 1746:

*Na carta que vossa mercê me escreve de 22 de maio, vejo a noticia que me dá do attentado que cometeerao os officiaes da Comarca do Rio das Mortes e o louvável modo com que Vossa Mercê lhes rebateo o animo com que vinhao de espoliar a Vossa Mercê, e a esta Capitania, da posse em que está desse descuberto(...) novamente lhe recommendo a mesma cosntancia, no caso que elles voltem a querer insistir na sua terra, ainda que entendo o não farao, baldando segunda vez a sua viagem; porem no caso o fizerem, Vossa Mercê sustentara a todo o custo as ordens que lhe tenho dado, não lhes consentindo que facão acto algum possessório, ou de jurisdição, antes me fora logo aviso, porque quero ter o gosto de ir pessoalmente a esse descuberto com alguns soldados desta praça e fazer conduzir presos(...)*¹⁶

Da mesma forma, a sede do termo, em que se encontra a freguesia de Itajubá, Campanha da Princesa, foi ocupada e exigida sua posse pelo governador de São Paulo por várias vezes e o mesmo tipo de providência teve que ser tomado pela Comarca do Rio das Mortes. Marcos Ferreira afirma que os conflitos entre os homens da Capitania de São Paulo e os representantes da Comarca do Rio das Mortes não cessaram, nem mesmo com a chegada do ouvidor, muito menos com a criação do arraial, perdurando boa parte dos setecentos. Assim, o autor da posse foi ratificado em 1745, pela Câmara da Vila de São João del Rei, pois um representante do governo de São Paulo exigia a posse do arraial. Segundo o autor, disputavam, na verdade, uma área estratégica, de fácil acesso ao Rio de Janeiro e a São Paulo, o que facilitava o extravio do ouro.¹⁷

¹⁶ Carta do governador da Capitania de São Paulo ao Capitão-mor, de Santa Anna do Sapucahy, Francisco Martins Lustoza, 1746. In: Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. Índice XI. São Paulo, 1896. Arquivo do Estado de São Paulo

¹⁷ ANDRADE, Marcos. Op.cit. pp.105-106

Podemos perceber, a partir da documentação analisada, que mesmo depois da criação do bispado de Mariana, em 1745, a freguesia de Itajubá e outras próximas, continuaram pertencendo ao bispado de São Paulo, até meados do século XIX, mesmo sob jurisdição administrativa da Capitania das Minas. Talvez ainda não seja possível compreendermos – e isso será nossa preocupação para trabalhos futuros – como se dava essa organização administrativa para a Capitania das Minas e a organização religiosa para o bispado de São Paulo, para o caso da região sul mineira. De acordo com Caio Boschi, sabemos que os bispados tinham mais do que a função de executar os sacramentos e cuidar da vida moral e espiritual dos colonos, servindo também para complementar a administração civil do Império Português.¹⁸

Para o sul da Capitania das Minas é possível entender essa função também administrativa do bispado. Entretanto, acreditamos ser provável que a jurisdição do bispado de São Paulo sobre essas freguesias - mesmo muito tempo depois da criação do bispado de Mariana – se explique pela forte presença de representantes da Capitania de São Paulo nesse território, provocando conflitos pela posse dessas terras e por uma disputa também eclesiástica dos dois bispados por essa região. É o que se verifica para o caso da disputa pela matriz da freguesia de Itajubá:

Senhores officiaes da Câmara- diz o procurador da Mitra deste Bispado de São Paulo que para certos requerimentos que tem o bem da mesma me he preciso huma atestação de vmcês. pela qual conste que os primeiros moradores de Itajubá sempre foram súbditos deste bispado, tendo por parochio no principio da povoação da freguezia da Piedade e depois de se erigir capella naquelle lugar, Capellao Curado que foi o primeiro Revdo. Antonio da Silveira e hoje se acha freguezia provida de vigário e dividido da Piedade, sem que em tempo algum fossem os seus moradores sujeitos no espirital ao Bispado de Mariana.(...)¹⁹

4. Transformações socioeconômicas para a Freguesia de Itajubá

Segundo Armelim Guimarães, em 1762, a capela curada foi elevada à freguesia, com igreja matriz, conforme a portaria desta data de Dom Frei Antonio de Madre de Deus, bispo de São Paulo. A construção da capela há alguns anos atrás resolvia o

¹⁸ Para essa questão ver: BOSCHI, Caio. **Os leigos e o poder**. São Paulo: Atica, 1986.

¹⁹ Certidão de posse da Igreja de Itajubá – 1766. In: Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. São Paulo, 1896. p.188 Arquivo do Estado de São Paulo.

problema da população que, dentre as outras dificuldades encontradas, tinha que manter suas obrigações religiosas no Vale do Paraíba (mais precisamente na freguesia de N. Sra. da Piedade, atual cidade de Lorena/SP, logo após descerem a Serra da Mantiqueira), por falta de um padre que cumprisse com as funções religiosas na própria freguesia. A freguesia de Itajubá também era considerada um julgado, isto é, uma povoação sem pelourinho, nem privilégio de vila, mas mantendo justiça própria.²⁰ Ao receber a função de julgado, possivelmente, a freguesia de Itajubá não se restringiria a atuar somente em sua localidade e poderia atender a outras regiões do termo de Campanha da Princesa.

Para Minas, a primeira metade do século XIX foi marcada pelo desmembramento, supressão e criação de novos distritos, vilas e comarcas, implicado pelas transformações de ordem econômica, demográfica e de infra-estrutura de várias localidades. Entretanto, Afonso Alencastro, atenta para as maleabilidades dessa divisão jurídico-administrativa, as quais seriam submetidas às regiões de Minas.²¹

Em 1815, o juiz de fora e vereadores da Vila de Campanha da Princesa solicitaram a criação de uma nova comarca, tendo a Vila de Campanha como sede da mesma.²² Sendo assim, quase todas as freguesias desse termo, como a freguesia de Itajubá, passariam a pertencer à nova comarca, mesmo sob os protestos daqueles que alegavam não serem os homens da Vila de Campanha competentes para o preenchimento dos cargos, além do descontentamento da Comarca do Rio das Mortes em perder parte de suas terras.²³ Entretanto, a criação de uma nova Comarca seria uma reivindicação para atender melhor as necessidades daquelas localidades e também aos interesses e privilégios da elite colonial do termo, devido à distância da Vila de São João del Rei.

A euforia que motivou tantos homens, desde o fim do século XVII e durante grande parte do século XIX a ocupar e explorar o ouro na região das Minas foi responsável pela formação da freguesia de Itajubá, contudo aquelas terras, na Serra da Mantiqueira, não responderiam aos interesses desses mineradores por muito tempo. Anos depois da ocupação do território, o garimpo se tornou efêmero e as *catas e as gupiaras* não compensavam o trabalho e não correspondiam à expectativa dos

²⁰ GUIMARAES, Armelino. Op. Cit. p. 41

²¹ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. pp.23-32

²² ANDRADE, Marcos. Op.cit.p.108

²³ Idem, p.108

mineradores. Segundo Armelino Guimarães, a população teria que reorganizar a sua economia e consorciá-la com a mineração:

*Os aventureiros que, depois de Miguel Garcia Velho, lá estiveram logo abandonaram aquelas minas, Os poucos habitantes do povoado, desde então, nem mais pensavam em ouro, que já não dava pão e comida a ninguém, de tão raro que ficou. Os antigos faisqueiros se tornaram agricultores, e a gente nova que surgia, muito pouco, não chegava com menos interesse pela garimpagem. Só se cuidava, a partir de então, do plantio de cereais, do fabrico da rapadura, queijos, manteigas e da criação de aves, cabras, suínos, alguns porcos, ovelhas e gado alto.*²⁴

Dessa forma, a rearticulação econômica da freguesia era necessária e logo a agropecuária tomou o posto de principal atividade. Mesmo assim, a localização geográfica não favorecia o cultivo e a criação de gados. Depois da escassez do ouro, ainda no início do século XVIII e após ter pertencido aos termos de São João del Rei e de Campanha da Princesa, a freguesia de Itajubá transferiria sua matriz para as proximidades do Vale do Sapucaí, em um local denominado Boa Vista do Sapucaí, onde por muito tempo já haviam sesmarias distribuídas, como as terras de Antonio de Oliveira Lopes (o Troca-roupa ou pouca-roupa), tipógrafo condenado pelo movimento da Inconfidência Mineira.²⁵

O Pe. Lourenço da Costa Moreira, nomeado para o cargo de pároco, em 1818, para a freguesia de Itajubá, convenceu grande parte de seus fiéis, das potencialidades da nova área e da escassez e pobreza que se encontravam no alto da Serra da Mantiqueira. A partir de 1819, começaram a migrar para a região de Boa Vista do Sapucaí.

Segundo Armelino Guimarães, já existiam fazendas na região de Boa Vista do Sapucaí, mas nada, parecido com a formação de um arraial. O Pe. Lourenço recebeu terras dos sesmeiros para a construção da matriz e para a infra-estrutura do novo povoado. Houve desentendimentos entre o Pe. Lourenço e aqueles que se opuseram a transferência do povoado que o acusaram de abandono de suas funções paroquiais na freguesia de Itajubá.²⁶

Entre 1828 ou 1829, o vigário, reunindo o povo em procissão para o transporte da imagem de N. Sra. da Soledade e os paramentos para a nova igreja, foi

²⁴ GUIMARAES, Armelino. Op. Cit. p. 57

²⁵ Ibidem. pp. 48-50

²⁶ Ibidem. p.46

surpreendido com a oposição de alguns moradores que armados foram ao encontro da procissão. A solução encontrada foi à permanência da imagem na capela velha e os paramentos para a nova igreja.²⁷

O direito regencial de Feijó, de 14 de julho de 1832, transferia a sede da freguesia de Itajubá para Boa Vista do Sapucaí - que se convencionou chamar de *Itajubá Novo*, ou *Boa Vista do Itajubá* - onde a paróquia seria trasladada para a nova igreja e o antigo povoado se tornaria curato até 1842, quando voltaria a se tornar freguesia (conhecido como *Itajubá Velho*). Em 1848, seria criada a Vila de Boa Vista do Itajubá, desmembrando-se da Vila de Campanha da Princesa. Finalmente, em 1862, a lei nº 1149, elevaria a vila à condição de cidade. No século XX, com a emancipação de alguns distritos pertencentes à cidade de Itajubá, o antigo povoado, onde se originou a freguesia, no início do século XVIII, passou a se chamar Delfim Moreira.²⁸

Conclusão

O objetivo desse trabalho foi apresentar os percalços que levaram a ocupação do território na Capitania das Minas, especialmente o sul mineiro, em um período de busca intensa de metais preciosos sobre toda capitania. Entretanto a região sul mineira seria palco de disputas territoriais entre a Capitania de São Paulo e Minas, pelo controle da ocupação e exploração dos recursos naturais dessa região, que teria como vocação econômica a produção agropecuária. Para explicitar melhor nossa proposta, tivemos como ponto de partida a Freguesia de Itajubá, interligando essa freguesia com o Termo de Campanha e, respectivamente, a Comarca do Rio das Mortes e, de certa maneira, tentá-la incluí-la dentro de um circuito mercantil, destinado às potencialidades de mercantilização interna do sul mineiro, nos séculos XVIII e XIX.

²⁷ BARBOSA, Waldemar. Op. Cit. p.159

²⁸ Idem. p. 159.

Bibliografia

Fontes primárias impressas:

Arquivo do Estado de São Paulo (São Paulo-SP)

Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1896.

Documentos oficiais referentes à Capitania de Minas Gerais e a Capitania de São Paulo.

Fontes secundárias impressas:

Artigos e livros consultados

ALMEIDA, Carla M.C. de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.

_____. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822**. Tese de doutorado. Niterói:UFF, 2001.

ANDRADE, Marcos F. de. **Campanha da Princesa: formação e expansão de uma vila no Império**. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora, v.6,n.2,jul-dez.,2004.

BARBOSA, Waldemar. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BOSCHI, Caio. **Os leigos e o poder**. São Paulo: Atica, 1986.

BOXER, Charles. **A idade de ouro do Brasil: dores de uma sociedade colonial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,2000.

CAMPISTA, Geraldino. **Itajubá. 1703-1832**. Memória Histórica. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, s/d.p.446

CARDOSO, Ciro F. S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo . **O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico,sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro,1790-1840. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

.GUIMARAES, Armelim. **História de Itajubá**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil:1808-1842**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Teixeira da. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, s/d.

OLIVEIRA, Mônica R. de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira: 1780-1870**. Tese de doutorado.Niterói: UFF,1999.

PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1983
SZMRECSANYI, Tamás(org). **História Econômica do período colonial**. São Paulo: EDUSP/Hucitec,2002

ZEMELLA,Mafalda. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia , Ciências e Letras, 1951.

